



Desafios da Curricularização da Extensão: Um debate necessário

Rafaela Novaski Morges¹, Luiz Gustavo Alves de Lara²

Resumo: O objetivo desse texto é promover um debate sobre os desafios para a operacionalização da Resolução 07/2018 do MEC, que instituiu a curricularização das atividades extensionistas nas Instituições de Ensino Superior (IES), conforme o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, buscando vias para realizar o potencial transformacional da Extensão na formação universitária e na superação de problemas socioeconômicos. Para tanto, empreendemos uma revisão narrativa da literatura e uma análise ancorada na hermenêutica filosófica. A principal discussão que motiva este artigo consiste em enfrentar os desafios para a consecução das transformações induzidas pelo PNE vigente sobre o papel da extensão universitária no Brasil, pois essa regulamentação é um marco importante para a legitimação desse campo, mas exige (re)criar vias para operacionalização considerando que as condições das universidades públicas e privadas, bem como o perfil dos estudantes podem estar diferentes de quando o PNE foi concebido. Nesse cenário, algumas instituições parecem focadas em cumprir o PNE na instância dos processos burocráticos, o que pode levar os alunos a verem a Extensão como mero cumprimento dos créditos obrigatórios de sua formação. Posto isso, defendemos a importância de mobilizar discussões sobre os possíveis caminhos para extensão universitária, com o objetivo de possibilitar o avanço dos estudos no campo. Consideramos, ao final do ensaio, que a curricularização da Extensão apenas será efetiva se ocorrerem mudanças estruturais e operacionais significativas nas IES, as quais devem levar em consideração, as condições dos docentes, recursos institucionais e a preparação dos alunos, alinhando essas questões às metas do PNE.

Palavras-chave: Prática extensionista; Regulamentação curricular; Condições de operacionalização

Challenges of curricularization of extension: A necessary debate

Abstract: The objective of this text is to promote a debate on the challenges for the operationalization of Resolution 07/2018 of the Ministry of Education (MEC), which established the curricularization of extension activities in Higher Education Institutions (HEIs) according to the National Education Plan (PNE) 2014-2024, seeking the transformative potential of Extension in university education and addressing socioeconomic challenges. We undertook a narrative literature review and an analysis anchored in philosophical hermeneutics. The main discussion of this article is about the challenges for achieving the transformations induced by the current PNE regarding the role of university extension in Brazil because this regulation is an important milestone for the legitimation of this field but requires (re)creating pathways for operationalization, considering that the conditions of all universities, as well as the profile of the students, may be different from when the PNE was conceived. In this scenario, some institutions are focused on complying with the PNE regarding bureaucratic processes, creating conditions for students to perceive Extension as a mere fulfillment of their mandatory credits for graduation. Therefore, we defend the importance of mobilizing discussions on paths for university extension to enable advancement in the field of studies. To conclude, the curricularization of Extension will only be effective if significant structural and operational changes are made in higher education institutions, considering the conditions of faculty, institutional resources, and student preparation, aligning these aspects with the goals of the PNE.

Keywords: Extensionist Practice; Curricular Regulation; Operationalization Conditions

*Originais recebidos em
16 de maio de 2023*

*Aceito para publicação em
23 de agosto de 2024*

1
Universidade Positivo, Curitiba-PR,
Brasil

(autora para correspondência)

rafa.novaski@hotmail.com

2
Universidade Positivo, Curitiba-PR,
Brasil

<http://orcid.org/0000-0002-8916-9333>

gustavo.lara@up.edu.br

Introdução

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 instituiu, por vias da curricularização da Extensão, uma estratégia para promover transformações sociais pela tríade Pesquisa, Ensino e Extensão, de forma efetivamente integrada às demandas e urgências de nosso tempo. No entanto, em função de subseqüentes crises enfrentadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e privadas nos últimos cinco anos, a execução da Extensão como integradora na relação Universidade e sociedade parece enfrentar sérios desafios e riscos que precisam ser debatidos, especialmente nas comunidades de Ciências Sociais Aplicadas. Para isso, introduziremos alguns marcos importantes para discussão.

A Extensão universitária está instituída no Brasil oficialmente por meio do Decreto n. 19.851 de 11 de abril de 1931, que dispõe sobre o ensino superior no País. Contudo, suas primeiras atividades foram registradas nas Universidades Populares do Brasil, que ficaram conhecidas como Universidades Livres. Importada do modelo europeu do século XIX, a Extensão tinha como principal intuito a assistência à população carente, por meio de cursos e ações oferecidas àqueles que não frequentavam a universidade. Desde então, seu objetivo vem se configurando de diferentes maneiras ao longo do tempo, manifestando-se com uma pluralidade de entendimentos e formas de praticá-la.

Em 2012, o Plano Nacional de Educação apontou direções mais precisas em relação ao papel da Extensão no Brasil, definindo-a como um “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras [Forproex], 2012, p. 16). Além de apresentar linhas de frente possíveis para a atividade de Extensão, bem como os potenciais ganhos sociais a partir do diálogo promovido entre o saber científico e o popular facilitado pelas atividades extensionistas.

A Extensão foi ganhando força ao longo dos anos, principalmente a partir de sua legitimação por parte do Ministério da Educação (MEC), fato que fomentou seu debate amplamente em teses, dissertações, monografias e artigos. Além disso, percebe-se que as instituições de ensino têm ampliado suas práticas a partir do emprego de diversas atividades como Extensão, das quais, podemos citar: estágios, trabalhos voluntários, atendimento a setores carentes e em vulnerabilidade social, trabalho social, palestras e cursos oferecidos à comunidade externa à universidade, entre outras atividades.

Assim, é importante ressaltar que muitas conquistas foram angariadas na área de Extensão, uma delas é a destinação de recursos a partir de órgãos como o MEC, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para o fomento de ações extensionistas por meio de abertura de editais de projetos, bolsas de estudo e programas que praticam ações que se configuram como Atividade de Extensão.

Um passo significativo nas conquistas da Extensão foi dado a partir da Resolução CNE/CES nº 7, de dezembro de 2018 que expressa em seu Artigo 4º que “as atividades de Extensão devem fazer parte da matriz curricular e compor no mínimo 10% da carga horária dos cursos de graduação tanto para instituições públicas como privadas”. Tal dispositivo reafirma a Extensão como uma atividade essencial para a formação profissional dos estudantes e oportuniza às IES a articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão, em suas agendas de gestão.

Assim, ressalta-se que curricularizar a Extensão é ir além de creditá-la. Ou seja, configura-se como uma possibilidade de repensar as modalidades de ensino no âmbito universitário, as relações interpessoais e a construção da cidadania a partir de uma perspectiva de formação crítica, tendo em vista que a universidade é uma instituição que faz parte da sociedade e possui um espaço privilegiado de promoção de reflexão crítica orientada às mudanças sociais (Pereira & Vitorini, 2019).

Por outro lado, a curricularização das atividades de Extensão também acende um alerta para os possíveis conflitos internos que podem surgir quanto aos objetivos, práticas e sistematização das atividades de Extensão, dada a pluralidade no escopo do que é desenvolvido nas IES. Tendo isso posto, percebe-se que algumas dessas ações tomam contornos contrários à lógica dialógica e de interação transformadora entre universidade e sociedade, articulando-se apenas de forma utilitária para o cumprimento de obrigações curriculares, com fim em si mesmas, na qual os estudantes observam a comunidade como um caso a ser estudado, analisam o problema e impõem respostas acadêmicas sem o envolvimento com o grupo que está envolvido na experiência.

Diante do exposto, é possível perceber que as universidades enfrentam grandes desafios na concepção prática e na operacionalização da Extensão. Nesse sentido, este artigo visa promover um debate na comunidade de Estudos Organizacionais sobre a atual situação da curricularização da Extensão universitária, sem deixar de lado o aspecto histórico que permeia a construção desse campo, buscando compreender quais as possibilidades e os riscos a serem enfrentados nesse processo.

Percurso metodológico

Para analisar o atual contexto em que se insere a curricularização da extensão nos cursos superiores no País, apresentamos uma revisão narrativa da literatura a partir dos marcos do extensionismo no Brasil. Uma revisão narrativa privilegia aspectos históricos da conceitualização que, em nosso caso, permitiu remontar o percurso do desenvolvimento da Extensão no Brasil pontuando resoluções e seus contextos.

A partir da revisão narrativa, empreendemos uma análise ancorada na hermenêutica filosófica (Gadamer, 1999), que pode ser compreendida como uma abordagem que busca interpretar a realidade lastreando a compreensão no encontro com os ineditismos da realidade, promovendo fusão de horizontes interpretativos e produzindo um encontro hermenêutico com o mundo e seus fenômenos. Nessa perspectiva, entende-se que aquilo que é na compreensão é, em última instância, linguagem. Nesse sentido, uma análise que assume a hermenêutica filosófica de Gadamer (1999) é operada como um ensaio interpretativo, onde ora os participantes, ora os pesquisadores, compartilham a experiência subjetiva do confronto entre as diretrizes da Resolução CNE/CES nº 7, de dezembro de 2018 do PNE e as condições de sua execução, promovendo um círculo hermenêutico, privilegiando o debate na comunidade acadêmica.

Tendo em vista esses aspectos que circundam a pesquisa, empreendemos uma revisão narrativa da literatura. Esse tipo de revisão é comprometido com aspectos qualitativos da construção e evolução de um tema no campo acadêmico, viabilizando a realização de debates e discussões de trabalhos existentes e apreendendo explicações para os problemas da realidade (Rother, 2007).

Guiados por essas premissas, selecionamos nossas fontes de dados a partir de documentos oficiais emitidos pelo MEC, revistas brasileiras que abordam a temática da Extensão Universitária e livros que são bases estruturantes para atividades de Extensão. Esses materiais estão indexados a partir dos buscadores: Google Scholar, SciELO – Brasil, SPELL - Scientific Periodicals Electronic Library e no Portal da Legislação.

Vale demarcar que uma análise/interpretação empreendida a partir dos pressupostos gadamerianos é lastreada pelo encontro hermenêutico dos sujeitos com o mundo. Isso implica que, quando fazemos referência a um método hermenêutico, não se trata da execução de etapas formais ou protocolos pré-determinados, mas da experiência subjetiva do pesquisador em relação ao fenômeno em análise, fornecendo base para construção do conhecimento, considerando aspectos reflexivos que se integram às dimensões ontológicas (natureza da realidade) e epistemológicas (natureza do conhecimento).

Desse modo, com o objetivo de compreender o contexto da produção da resolução do PNE, seus marcos históricos e as possibilidades e desafios para sua execução nos cursos de ensino superior no Brasil, propomos uma articulação entre a historicidade desse tema na revisão narrativa e a análise do contexto atual em que se enfrentam desafios para a curricularização da Extensão em nosso País.

Resultados

Revisão Narrativa da Literatura - Os Marcos do Extensionismo no Brasil

No Brasil, as primeiras atividades extensionistas tiveram seu registro em 1911, nas Universidades Populares do Brasil, conhecidas como Universidades Livres, inspiradas no modelo de Extensão europeu do século XIX. Nesse molde, o principal foco das ações era a assistência às populações carentes, por meio de ações pontuais ministradas por intelectuais. Mais tarde, em 1926, iniciaram-se movimentos inspirados pelo modelo estadunidense, caracterizado por um cunho mais assistencialista, instaurando-se principalmente por meio da assistência aos agricultores e ações voltadas à população rural.

Apenas no ano de 1931 a Extensão foi oficializada, por meio do Decreto n. 19.851 de 11 de abril de 1931 que dispõe sobre as Universidades Brasileiras. Nesse documento, a prática extensionista foi destinada à difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo, por meio de cursos e conferências de caráter educacional e utilitário, sendo considerada como um dos meios pelo qual a universidade manifesta sua vida social.

Nos anos 1950, as atividades de Extensão se intensificaram a partir da organização dos alunos da União Nacional dos Estudantes (UNE), que estimularam a realização de cursos de extensionistas promovendo movimentos culturais e políticos, buscando compromisso social e atuação interprofissional, trabalhando a partir de metodologias que possibilitavam a reflexão sobre a prática. A partir de 1964, com o regime ditatorial instaurado no Brasil, ocorreram algumas mudanças no escopo da Extensão universitária, sendo as principais linhas de frente relacionadas ao projeto Rondon e ao Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), que tinham atividades voltadas ao assistencialismo rural (Forproex, 2012). De acordo com Cunha (2002), as ações extensionistas da década de 70 e 80 foram seriamente questionadas por docentes, pois elas foram desenvolvidas de forma integrada à institucionalidade estatal, instalando a troca de favores em diferentes espaços, demarcando territórios públicos em favor dos privados e dos jogos de interesses.

Em 1987, um importante marco para história da Extensão brasileira aconteceu, no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Nesse evento, a Extensão se legitimou como “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (Forproex, 1987).

A partir da definição e direcionamentos estabelecidos no fórum, a Extensão foi concebida como instrumentalizadora do processo dialético de teoria e prática, sendo um trabalho interdisciplinar que favorece uma visão integrada do social. Além disso, por meio das ações extensionistas, foi estabelecida a proximidade entre universidade e sociedade, no sentido de que os alunos poderiam encontrar na sociedade um lócus adequado para prática de seus conhecimentos acadêmicos, além de se apropriar de conhecimentos populares, os quais seriam submetidos a reflexões teóricas, acrescentando ao estudante mais conhecimento e tornando a universidade um ambiente mais democrático quanto à participação da comunidade.

Assim, tendo em vista a institucionalização da Extensão no tripé universitário que é composto pelo Ensino, Pesquisa e Extensão, outra conquista importante se refere ao texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Artigo 213º, § 2º que define que “as atividades universitárias de pesquisa e Extensão poderão receber apoio financeiro do poder público”, assegurando o fomento por meio de recursos financeiros

dessas práticas universitárias (CF-1988). Diante desse cenário, diferentes práticas e modos de fazer a Extensão foram operacionalizadas ao longo dos anos.

Nos últimos vinte anos, pressões institucionais modificaram a forma de operacionalização das ações extensionistas. A partir do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, destaca-se a meta 12.7 que pretende “Assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares, exigidos para a graduação em programas e projetos de Extensão universitária”. Mais recentemente, a Resolução CNE/CES nº 7, de dezembro de 2018, que Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7, aprova o Plano Nacional de Educação – PNE - 2014–2024 e dá outras providências, aponta a obrigatoriedade da Extensão para a formação profissional e produção do conhecimento gerado na academia, e convoca órgãos responsáveis a adotarem a Extensão como obrigatória em seus currículos (Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014).

A Extensão é, portanto, uma atividade legitimada que possui força institucional a partir de seus atos constitucionais e documentos que regimentam e dão as principais diretrizes para sua ação. Contudo, existe um debate necessário sobre as efetivas práxis extensionistas realizadas a partir da lógica das atividades curricularizadas, ou ainda, sobre como a Extensão tem sido colocada em prática como um processo dialógico em que interagem universidade e comunidade.

Desse modo, é necessário reconhecer que a prática extensionista, que no passado era representada a partir de atividades militantes de professores, técnicos e alunos, realizada sem recursos financeiros e operacionais, em finais de semana, hoje expande as fronteiras e tensiona o interior das instituições de ensino. Essas transformações configuram duas situações: (i) as universidades que permanecem fechadas em si mesmas; (ii) as universidades que buscam construir articulações com a comunidade, movimentam-se, criam e recriam a todo momento. Essa ambiguidade gera um cenário desafiador para a Extensão praticada nas universidades públicas brasileiras e na universidade latino-americana como um todo (Deus, 2020).

Ademais, existe um debate necessário que, apesar de já estar presente no acúmulo de produções sobre a Extensão universitária, precisa chegar nas agendas e nos planos pedagógicos (PPCs) das IES, acerca das discussões sobre as definições e contextualizações do potencial da Extensão e de sua efetivação como uma política para a educação, no que diz respeito ao incentivo e investimento para sua realização. Assim, seria mais fácil compreender os mecanismos em que transitam os diferentes saberes e como esse processo influencia a própria estrutura acadêmica das universidades, as relações de poder e as estratégias determinadas por diferentes agentes desse sistema em seu fazer diário para a produção e valorização do conhecimento gerado pelos membros da instituição (Deus, 2020).

Pereira e Vitorino (2019) ressaltam que a revisão dos PPCs deve ser vista como uma forma de articular ensino e pesquisa às necessidades da comunidade, não consistindo apenas em um aumento da carga horária do currículo, mas como uma maneira de proporcionar uma formação orientada à interprofissionalidade e à flexibilidade curricular, tendo em vista a qualidade do ensino ofertado e a função social da universidade. Para tanto, é preciso assumir que essa forma pela qual a universidade considera e desenvolve o conhecimento científico se estabelece, por vezes, a partir de um autoritarismo acadêmico, no qual a universidade “sabe” algo e vai levar seu conhecimento para aqueles que “nada sabem” (Melo Neto, 2002).

Por essa razão, é necessário se debater de que forma as ações extensionistas se filiam a uma vertente de fato dialógica, na qual temos a troca de saberes, ou se seguem a prática de assessoria e assistencialismo, na qual não existe a construção conjunta de um saber, ou então, que se anda em via de mão única, na qual apenas um dos lados é beneficiado.

Análise hermenêutica das diretrizes do extensionismo e seus diálogos com as práticas acadêmicas

Diante do histórico do extensionismo brasileiro, considerando seus limites e possibilidades de desenvolvimento de ações que aproximem de forma dialógica a universidade e a comunidade para a construção de um conhecimento mais democrático, é necessário que possamos fazer um debate sobre as novas transformações introduzidas pelo PNE no que tange a Extensão, para que elas possam ter efetividade na comunidade acadêmica pública e privada, sem que se caia na armadilha de considerar as atividades de Extensão apenas como procedimentos de conformação burocrática, para o mero cumprimento de processos de avaliação de órgãos reguladores.

Diversos trabalhos extensionistas são construídos de maneira participativa entre a comunidade e a universidade, vislumbrando a formulação de um conhecimento que seja transformador para formação dos alunos, dos docentes e sociedade. Um exemplo é a experiência do departamento de Farmacologia e Botânica da Universidade Federal do Paraná (UFPR) com a Pastoral da Criança de Almirante Tamandaré- PR. Iniciado por uma demanda levantada por líderes da Pastoral, o projeto envolveu alunos e professores da UFPR que visitaram comunidades para coletar material botânico para estudo das plantas utilizadas como medicamentos caseiros. Os resultados, que confirmaram a eficácia e segurança das plantas medicinais, foram compilados em um livro, organizado pela Universidade e distribuído à comunidade, informando sobre as ações medicinais e possíveis efeitos toxicológicos das plantas, incluindo recomendações de dosagem e, administração (Marques, 2014).

A experiência anteriormente exposta demonstra que a integração entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa resultou em uma troca dialógica de experiências, beneficiando ambas as partes. Os estudos realizados nos laboratórios extrapolaram as paredes da universidade e foram disponibilizados por meio de uma linguagem compreensível e didática para seus usuários. Evidencia-se como a universidade avançou em suas pesquisas e formou pesquisadores que podem atender a pequenas comunidades contribuindo para a melhoria da saúde da população por meio de medicamentos de baixo custo. Isso ressalta o potencial da pesquisa universitária em se voltar para aspectos sociais indo além de pesquisas de cunho econômico.

Contudo, a integração entre Pesquisa, Ensino e Extensão não é uma tarefa fácil para as IES, exigindo investimento financeiro e esforço significativo para essas ações. Deus (2020) aponta obstáculos internos e externos para a operacionalização da Extensão, incluindo gestão, recursos disponíveis, prioridades, aceitação de mudanças no percurso institucional.

A partir dessa compreensão é possível perceber que algumas atividades validadas por instituições de ensino como Extensão, como trabalho voluntário, assistência técnica, consultoria, entre outras práticas, podem servir para cumprir obrigações burocráticas para formação dos alunos, ao enriquecimento do currículo de docentes ou servir como fonte dos escassos recursos de projetos de pesquisa.

Nessa lógica, Deus (2020) enfatiza que as instituições de ensino precisam incluir essas ações de forma qualificada em seu plano pedagógico, pois a partir das mudanças no Plano Nacional de Educação, tornou-se necessária uma intervenção no interior das universidades, para cumprir a proposta e modificar a formação universitária.

Para isso, há que se considerar que existem muitos dilemas inerentes ao processo de inserção da Extensão nos currículos, revelando uma distância tênue entre o que é dito e o que é praticado, ou seja, há que se considerar que, mesmo tendo em vista que os princípios da indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão são uma pauta dos PPCs, a realidade se configura de outra forma, Ainda, é preciso ter em vista que a natureza da

Extensão demanda uma postura aberta à inter e transdisciplinaridade que acontece por meio do diálogo plural e pelo respeito à alteridade (Ribeiro et al., 2018).

Diante do anteposto, vale analisar o Artigo 5º da Resolução CNE/CES nº 7, de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes da Extensão e estrutura sua concepção pela:

- I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
- IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Para uma efetiva curricularização da Extensão, é necessário revisar práticas antigas e evitar ações assistencialistas sem impacto transformador. A racionalidade científica, paradigma dominante na construção do conhecimento, aceita um saber como legítimo a partir de uma metodologia científica, testada e comprovada como verdadeira (Dagnino, 2014). Nesse sentido, a universidade, por ser reconhecida socialmente como produtora de conhecimento, tem um grande desafio em exercitar “a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos” (Resolução CNE/CES nº 7, de dezembro de 2018).

Contudo, é preciso compreender que não existe apenas uma forma de se conceber o conhecimento, assim, a forma como esse movimento é praticado pela universidade não consiste em um modelo único, pois conforme discorre Freire (1985, p. 36), “o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações”. É nesse sentido que Ribeiro et al. (2018) consideram que o professor é estimulado a deixar o formato linear de transmissão de ensino, para buscar outras possibilidades formativas, expandidas por meio de outras maneiras de relação com o conhecimento e com a formação.

Portanto, para haver troca, é necessário que a comunidade universitária não seja interpretada pela comunidade local como a detentora de saber a despeito de seus próprios saberes intrínsecos. Isso significa que estudantes devem buscar uma postura aberta à aprendizagem e ultrapassar os limites da ciência técnica, do currículo fragmentado e da visão do ser humano como um objeto a ser manipulado, objetivando uma visão multidivisional, em que se possa observar os sujeitos em suas dimensões política, humana e social, concebidos como seres históricos (Jezine, 2002). A interação com a comunidade permite aos estudantes compreenderem demandas concretas, formando-se além das fronteiras do ambiente acadêmico artificial (Deus, 2020).

Dado o contexto acadêmico baseado na racionalidade científica, os estudantes deparam-se com desafios a serem reformulados no próprio processo de produção de conhecimento, uma vez que a Extensão, em uma perspectiva acadêmica, tem a intenção de ultrapassar os limites da ciência técnica, do currículo fragmentado e da visão do ser humano como um objeto a ser manipulado, objetivando uma visão multidivisional, em que se possa observar os sujeitos em suas dimensões política, humana e social, concebidos como seres históricos (Jezine, 2002). Entretanto, para que isso seja possível, é necessário que os estudantes, quando em contato com as problemáticas enfrentadas pela comunidade, busquem portar-se como ouvintes abertos à aprendizagem,

deixando de lado a postura de pesquisador-observadores, de que estão fora do processo, considerando a comunidade apenas como um objeto de pesquisa ou estudo de caso.

A partir dessa reformulação de visão, as possibilidades que o estudante experencia ao interagir com a comunidade é a de colher em primeira mão o que diversos setores da população demandam em seu contexto concreto, proporcionando que o estudante se forme para além das fronteiras do ambiente artificial do claustro acadêmico, fazendo-se em um profissional que tenha compreensão da realidade, com formação de opinião própria e consciência social (Deus, 2020).

Dando sequência nas considerações a partir da Resolução CNE/CES nº 7, de dezembro de 2018 do Plano Nacional de Educação (PNE), as reflexões a partir da "participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social" são de primordial importância para a execução da Extensão, uma vez que esse processo se inicia a partir da escolha das questões tratadas nos projetos, as quais devem ser estabelecidas a partir de uma escuta ativa da comunidade. Nesse cenário, uma ação de Extensão inicia antes mesmo do delineamento da proposta, com a compreensão das questões urgentes e emergentes para aquela comunidade e não apenas a partir do interesse acadêmico.

Para Ribeiro et al. (2018), o ensino acadêmico precisa dialogar com perspectivas formativas que desenvolvam a autonomia e uma forma de pensar livre e aberta para as complexidades do mundo, assim, é preciso enaltecer as perspectivas formativas que valorizam os diálogos dos saberes e a cidadania a partir de um pensamento crítico e ativo de pessoas que se (trans)formam a partir de práticas extensionistas. Valendo-se dessa perspectiva, é necessário retomar que a Extensão não consiste em aplicar os conhecimentos da sala de aula em uma questão da vida real, assim, é necessário retomar a premissa de construção de conhecimento em diálogo com a comunidade, gerando transformações na sociedade na própria universidade (Pereira & Vitorini, 2019).

Avançando nas diretrizes elencadas pela Resolução, ainda, espera-se que a Extensão proporcione: "II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular" (Resolução CNE/CES nº 7, de dezembro de 2018). Aqui, podemos perceber uma oportunidade de aproximação entre a comunidade acadêmica e a sociedade, mas que, por força institucional da curricularização, arrisca converter essa oportunidade de transformação em mero aparato técnico para execução do ensino curricular universitário.

Uma vez que cabe reconhecer, conforme discorre Deus (2020), que existe o desafio de que se encontrem motivações que desacomodem docentes e estudantes a trabalharem em atividades que não sejam apenas as obrigatórias pelo currículo, tendo em vista que todos têm muita pressa em cumprir com o que é exigido. Contudo, tal questão coloca em avaliação as velhas metodologias de ensino, o que é também um desafio para os docentes, que precisam repensar a efetividade de seus slides e as paredes da sala de aula, na busca por novas reflexões e vias para o ensinar e o aprender.

Ademais, outro risco à efetividade das transformações esperadas da Extensão é a busca por ganhos de escala que, em alguns casos, participa como argumento econômico dos fatores que condicionam o funcionamento dos cursos e acabam por responsabilizar individualmente os estudantes por ações pontuais e comprovadas de alguma atuação de voluntariado ou trabalho comunitário, descaracterizando a orientação do PNE na produção de um sistema de transformação sistêmico.

A grande problemática que evoca dessas práticas é que, na tentativa de ganhos de escala e na busca por cumprir burocraticamente o PNE, a Extensão universitária perde de vista a sua finalidade de transformação e se torna um produto burocrático na economia dos certificados.

Além disso, a curricularização da Extensão realizada sem o compromisso com as intenções de impacto da universidade na sociedade pode produzir, inclusive, disfunções operacionais na avaliação, pois ela acontece por meio do desempenho dos estudantes como uma disciplina curricular, perdendo o foco da avaliação realizada pela própria comunidade. Dessa forma, a principal perda que se tem nesse processo se refere à Extensão como um espaço da alteridade, na qual a universidade reconhece a diversidade sociocultural e étnico-racial, permitindo a construção e o estabelecimento de compromissos que são necessários à leitura do mundo. Tal movimento nos convida a pensar o lugar da Extensão na estrutura da universidade, reconhecendo seu espaço como local de formação e contribuição para promoção de propostas para melhoria de vida. Vale salientar que, no exterior das universidades, existe uma latente busca por profissionais com competências que vão além da visão técnica, que de fato contribuam na promoção do desenvolvimento da sociedade em todas suas dimensões (Deus, 2020).

Ainda, na Resolução CNE/CES nº 7, de dezembro de 2018 existe uma previsão sobre "III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais". Percebe-se aqui que a indeterminação dos demais setores da sociedade, como uma limitação enunciativa da Resolução tem se convertido num foco prioritário na mudança e transformação das instituições de ensino, seja de maneira substantiva de formação cidadã ou apenas como possibilidade de produção de evidências para fins de avaliação de órgãos reguladores, como já apontado, uma lógica com finalidade.

Sem apresentar uma análise ingênua, há de se considerar que a partir da lógica da mercantilização do ensino, há uma forte tendência na busca por eficiência nos currículos. Nesse sentido, Deus (2020) discute sobre as contradições inerentes à questão do financiamento para atividades extensionistas, ressaltando que houve avanços em editais que direcionam recursos as principais demandas sociais, na inclusão de grupos minoritários, e na inovação e transferência de conhecimentos. Entretanto, é necessário reconhecer que, em muitos casos, valores consideráveis de fomento acabam por oportunizar meras intervenções pontuais com os recursos disponíveis, deixando de lado o papel da Extensão enquanto parte pedagógica e política da universidade.

Além disso, corre-se o risco de converter a comunidade na qual se pratica a Extensão em casos de ensino desprezando sua condição de existir ao seu modo na historicidade com que foi construída. Isso tem desdobramentos práticos no ensino, pois sem a devida atenção no que se refere ao planejamento pedagógico observando contextos locais, não existe a oportunidade de integração e formação para além do conteudismo, o que Freire (1987) concebe como uma educação bancária, que dificulta o pensar crítico, pois nela, o professor é o principal agente do processo de educação, tendo como objetivo depositar nos alunos conteúdos e narrativas. A partir dessa perspectiva o estudante não tem as condições necessárias para desenvolver concepção crítica da realidade, e não passa por um processo de transformação social que, quando na situação de trabalhador, irá apenas cumprir o papel de reprodução do que está posto.

No que se refere à articulação entre o Ensino, a Extensão e a Pesquisa, o item IV da Resolução dispõe que ela deve ser "ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico" (Resolução CNE/CES nº 7, de dezembro de 2018). Percebe-se aqui uma oportunidade de integração efetiva de um tripé historicamente distante, levando-se à reflexão: a quem serve o conhecimento acadêmico disseminado nas universidades?

Discussão

Apontamos que pesquisas nos campos das Ciências Sociais Aplicadas têm sido debatidas em relação ao enclausuramento dos pesquisadores em questões que atendem às demandas de produção acadêmica, que não são fundadas em questões urgentes e emergentes da sociedade. Podemos citar, por exemplo, a área de

Administração, em que o conhecimento acadêmico é projetado a partir de teorias funcionalistas, nas quais a sociedade é harmônica e a noção de progresso é a-histórica e as organizações são vistas como onipotentes e sagradas (Vizeu & Lara, 2022). Nesse cenário imaginário, questiona-se: que espaço tem a Extensão para uma via de produção de conhecimento?

Isso significa que, para que haja essa integração, há a necessidade de melhor escolha de prioridades de temas de pesquisa que não atendam somente a agendas individuais que se institucionalizam em campos acadêmicos e se mantêm por força de posições de poder de pesquisadores que têm participação nas avaliações de fomento. Além disso, é necessário o alinhamento das atividades de Extensão no processo de ensino e de pesquisa que, muitas vezes, servem a interesses institucionais que não convergem com escolhas ou prioridades debatidas com a comunidade.

Diante desse cenário, é preciso debater sobre a conformação burocrática voltada para o cumprimento de horas curriculares, o que também é uma questão a ser enfrentada, tendo em vista o desmonte estrutural das políticas de educação no governo Bolsonaro, seguida de uma liberalização sem precedentes no ensino superior, que coloca em risco não apenas a qualidade do ensino, mas também a finalidade das instituições diante das demandas da sociedade.

Ainda sem consenso, há que se enfrentar também a construção de vias para diminuir a distância de alguns campos do conhecimento em relação às urgências e emergências de nosso tempo, sob o risco de que a comunidade de pesquisa não se envolva na execução de uma Extensão que não tome a comunidade ou sua realidade como objeto, mas como uma relação de produção de saberes em que a autoridade universitária não deslegitima a experiência de construção de conhecimento da própria comunidade.

É notório que a Extensão universitária vem ganhando espaço e legitimidade nas instituições de ensino ao longo dos anos, em especial por força de regulação. Mas, há que se considerar que esse lugar foi construído a partir de um longo processo de lutas e trabalho entre comunidade acadêmica e sociedade, até seu reconhecimento como sendo uma via necessária de atuação, promovendo um ponto nodal com a pesquisa e o ensino, por uma formação e avanço em pesquisas que se conectam com os reais desafios da sociedade atual.

A última Resolução que dispõe sobre as atividades de Extensão obriga as universidades a comporem seu currículo com, no mínimo, dez por cento em atividades de Extensão. Isso implica em institucionalizar o processo, além de legitimar sua prática no processo formativo dos estudantes e da difusão do conhecimento mais democrático, a partir da relação Ensino, Pesquisa e Extensão.

A universidade tem o papel imprescindível na construção dos saberes e conhecimentos cientificamente aceitos na sociedade, os quais são considerados como as verdades científicas. Contudo, ao longo deste artigo, questionamos justamente a forma pela qual esses saberes são constituídos, apontando para a importância de se produzir um conhecimento que possibilite a relação transformacional a partir de diferentes experiências que podem ser vividas pelos alunos nas atividades de Extensão.

Nesse sentido, há que se considerar as rupturas que precisam ser realizadas no modelo convencional de ensino, além dos limites de sua operacionalização, uma vez que não é uma tarefa fácil modificar as velhas práticas procedimentais que foram sustentadas por anos como atividades de Extensão.

Conclusão

É preciso concordar que todo o processo de mudança, conforme discorre Pereira e Vitorini (2019), necessita de rupturas na forma de agir, perceber e ver. Dessa forma, a curricularização da Extensão na graduação universitária será um desafio. É preciso ter em mente que, para que ela de fato alcance seus objetivos, serão necessárias mudanças estruturais e operacionais, ressignificando as metodologias, as noções de sala, o

entendimento dos saberes aceitos como legítimos pela academia, a forma de avaliação e o ensinar aprendendo, e aprender ensinando.

Por fim, apontamos algumas questões residuais que merecem ser continuadas no debate: em que condições os docentes são confrontados a desenvolver a Extensão? Quais os recursos disponibilizados pelas instituições de ensino para que, de fato, possam ser operacionalizadas essas ações? Em que condições se encontram os alunos para realização dessas atividades? Talvez essas sejam questões que devem ser submetidas às agendas das instituições de ensino no momento de planejamento das atividades extensionistas, se de fato estamos buscando uma convergência com a consolidação das disposições do PNE.

Contribuição de cada autor

Ambos os autores contribuíram para concepção do artigo na parte de escrita, revisão e discussão sobre a temática do projeto. R.N.M. elaborou a introdução, a revisão bibliográfica e foi responsável por parte da análise e discussão do projeto; L.G.A.L. elaborou o resumo, a metodologia e a parte da análise e discussão do projeto e, conclusão. Para revisão final do artigo os autores trabalharam juntos nas correções e revisões.

Referências

- Cunha, L. S. (2002). Extensão universitária brasileira: As tensões das propostas acadêmicas. In J. F. De Melo Neto (Ed.), *Extensão Universitária - Diálogos populares*. (pp. 27-38). João Pessoa: UFPB.
- Dagnino, E. (2014). *Tecnologias sociais e políticas públicas: Desafios contemporâneos*. Campinas: Editora Unicamp.
- Deus, S. F. B. de (2020). *Extensão universitária: Trajetórias e desafios*. Santa Maria: Ed. PRE-UFSM.
- Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - Forproex (2012). *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.
- Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - Forproex. (1987). *Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*. Brasília: Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.
- Freire, P. (1985). *Extensão ou Comunicação?* São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gadamer, H.-G. (1999). *Verdade e método*. 3. ed. Petrópolis: Vozes
- Jezine, E. (2002). As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária. In Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Belo Horizonte, 2004.
- Marques, M. C. A., Baggio, C. H.; Santos, E. P., & Oliveira, F. C. (2014). *Plantas Mediciniais Utilizadas pela Pastoral da Criança de Almirante Tamandaré – PR – BR*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- Melo Neto, J. F. DE. (2002). *Extensão Universitária - Diálogos populares*. João Pessoa: UFPB.
- Pereira, N. F. F., & Vitorini, R. A. S. (2019). Curricularização da extensão: Desafio da educação superior. *Interfaces-Revista de Extensão da UFMG*, 7(1), 19-29.
- Ribeiro, M. R. F., Mendes, F. F. F., & Silva, E. A. (2018). Curricularização da extensão em prol de uma universidade socialmente referenciada. *Revista Conexão UEPG*, 4(3), 334-342. <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.14.i3.0004>
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista De Enfermagem*, 20(2), vii-viii. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>
- Vizeu, F., & de Lara, L. G. A. (2022). Who Is Management Research For? *Journal of Contemporary Administration*, 27(2), e210298. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2023210298.en>

Como citar este artigo:

Morges, R. N. & de Lara, L. G. A. (2024). Desafios da Curricularização da Extensão: Um debate necessário. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, 15(3), 383-393.